

Redes municipais de ensino paraibanas: políticas e (re)configurações (2015-2021)¹

Rute Pereira Alves de Araújo (UFCG)
rute.pereira@professor.ufcg.edu.br

Andréia Ferreira da Silva (UFCG)
silvaandrea@uol.com.br

Luciana Leandro da Silva (UFCG)
luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

Joedson Brito dos Santos (UFCG)
joedson.santos@ufcg.edu.br

Introdução

O presente texto expõe pesquisa em andamento que aborda a temática da educação municipal no estado da Paraíba e tem como objetivo geral analisar o(s) processo(s) de reforma das redes municipais de ensino paraibanas e seus desdobramentos para a (re)configuração da educação pública municipal e para a melhoria da qualidade da educação no estado. É realizada pelo Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional (GPPGE) do Laboratório de Pesquisa em Política Educacional (LEPPE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A investigação emerge da necessidade de ampliar o conhecimento acerca da organização das secretarias e dos conselhos municipais de ensino e das principais medidas educacionais adotadas nos municípios paraibanos. Tem como referência as atribuições dos municípios brasileiros na oferta da educação básica, estabelecidas na Constituição de 1988, e os principais desafios para a sua efetivação. Segundo Pinto (2014), a ampliação das responsabilidades do ente

¹ A pesquisa conta com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq).

município, desde os anos de 1990, não foi acompanhada pela garantia de recursos técnicos e financeiros suficientes para viabilizar a melhoria de sua capacidade de planejamento e de financiamento, o que tem contribuído para a ausência de uma estrutura apropriada de gestão educacional e, também, da oferta do ensino.

O trabalho está organizado em três momentos, o primeiro expõe a pesquisa – seus objetivos, metodologia e organização; o segundo, reflete acerca do contexto e conceitos centrais que a orientam e, por último, algumas considerações finais acerca das contribuições que pretende oferecer, considerando o tema proposto e a realidade educacional paraibana.

Objetivos e metodologia da pesquisa

Tendo em vista o objetivo geral, já mencionado, a investigação vem examinando: os fundamentos, o contexto de emergência, as proposições da municipalização e da reforma da educação básica no país, bem como suas repercussões no âmbito das políticas educacionais para os municípios; as configurações e condições de funcionamento das redes municipais de ensino da Paraíba, bem como as iniciativas de avaliação externa em larga escala e as políticas de privatização da educação básica instituídas nessas redes de ensino no recorte temporal de 2015 a 2021, período pós aprovação dos planos municipais de educação.

Pelo exposto, pesquisa privilegia a análise de três dimensões das políticas educativas dos municípios paraibanos: 1. as configurações, organização e condições de funcionamento das secretarias municipais de ensino e dos conselhos municipais de ensino paraibanos; 2. as políticas de avaliação externa em larga escala e as iniciativas de *accountability*; e 3. os processos de privatização da educação municipal

realizados por meio de “parcerias”, processos de terceirização e contratação de empresas, institutos ou fundações empresariais.

A investigação utiliza uma abordagem quali-quantitativa, que articula um amplo mapeamento das políticas adotadas em todas as redes municipais de ensino paraibanas com um estudo mais detalhado em municípios selecionados. Desenvolve, de modo integrado, os seguintes procedimentos: 1. pesquisa bibliográfica; 2. levantamento sobre a educação municipal paraibana por meio de um questionário *on-line - survey on-line*; e 3. realização de pesquisa de campo em oito municípios paraibanos.

O *survey on-line* será disponibilizado na Plataforma SurveyMonkey® aos 223 municípios paraibanos com o apoio da União Nacional dos Dirigentes de Educação Municipal/Paraíba (Undime/PB). O uso dessa técnica busca a coleta de informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, utilizando-se de um instrumento predefinido (FREITAS *et al.*, 2000).

A pesquisa de campo será feita em oito municípios paraibanos indicados considerando-se a localização geográfica; a existência de Conselho Municipal de Educação; e dados coletados pelo *survey on-line* que demonstrem processos de reforma da gestão educacional e escolar orientados pelos princípios gerenciais. No estudo, as secretarias e conselhos municipais de educação são compreendidos como instâncias centrais da organização, gestão e acompanhamento da educação municipal.

A pesquisa se encontra na fase do levantamento e estudo bibliográfico e da elaboração dos questionários que compõem o *survey*, dos roteiros de observação e entrevista.

Reforma da educação no Brasil e o ente município

A reforma do setor educacional no país, desde os anos de 1990, vem incorporando a lógica gerencial mediante o fortalecimento do Estado regulador e avaliador por meio de uma maior centralização e maior controle do governo central em relação às políticas educacionais e uma maior participação do setor privado na educação pública. Segundo Afonso (2009), o Estado avaliador “significa, que o Estado vem adotando um *ethos* competitivo, neodarwinista, passando a admitir a lógica de mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos” (p. 49). Essas orientações vêm expandido a implantação de sistemas de avaliação externa em larga escola na educação brasileira e de processos de privatização do público.

No que se refere às formas de privatização em curso, Peroni (2018) identificou a existência de diferentes mecanismos: a alteração da propriedade, com a passagem do estatal para o terceiro setor ou para o setor privado; o estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, em que o privado define o público; a adoção da lógica de mercado, permanecendo a propriedade estatal, com a redefinição dos processos de gestão e de organização educacional e escolar e mudanças no conteúdo. No setor educacional prevalecem as duas últimas formas de privatização.

Por sua vez, Adrião (2018) reconhece que a privatização da educação pública, no país, envolve três dimensões: da gestão da educação, no âmbito das redes de ensino e no âmbito das escolas públicas; da oferta educacional; e do currículo. A dimensão do currículo refere-se à “transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar” (p. 20).

Conhecer como vêm ocorrendo esses processos na educação paraibana consiste no sentido maior da presente investigação.

Reflexões finais

Por meio desse estudo pretende-se disponibilizar para a sociedade paraibana – poder público, sociedade civil, institutos, fundações, universidades e faculdades, escolas de educação básica e pesquisadores do tema – indicadores e informações relativas à caracterização e análise das políticas educativas implantadas nas redes municipais de ensino do estado. Tenciona-se, também, subsidiar processos de monitoramento, avaliação e tomada de decisão nas redes municipais e estadual de ensino do estado da Paraíba com vistas à garantia do direito à educação.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa *survey*. São Paulo/SP: **Revista de Administração da USP**, RAUSP, v. 35, n. 3, jul. /set. 2000.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. (*online*). Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, Descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 153, p. 624-644, jul./set. 2014.